

Exploração e desenvolvimento territorial em Mato Grosso: um deserto vestido de abundância

*Kesley Gabriel Bezerra Coutinho*¹
*Marcos Aurélio da Silva*²
Universidade Federal de Mato Grosso

Resumo: Compreende-se que o estado de Mato Grosso foi construído a partir de um arquétipo de exploração civilizatória, baseado em uma predação sistemática dos recursos minerais, vegetais e animais, com baixíssima adesão às pautas ecológicas e ambientais. Formado a partir de um regime político autoritário (ditatorial), criaram-se as devidas condições para expansão e perpetuação do capital em terras mato-grossenses. A implementação das bases econômicas da cadeia produtiva agro-florestal-industrial (agronegócio) emergem a partir de uma série de transgressões contra os povos originários de Mato Grosso. Sob o paradigma da integração e da segurança nacional, o estado mato-grossense foi pensado e produzido a partir das políticas de ocupação e apropriação de uma territorialidade supostamente vazia e desabitada, uma terra de “ninguém”. Atuando a partir de políticas propositivas de morte e extermínio o discurso hegemônico tem dizimado a décadas seus respectivos “inimigos”, eliminando subsequentemente alternativas possíveis de existência. Entretanto, os povos a serem dizimados demonstram-se resilientes e em meio a destruição oferecem-nos novas possibilidades, uma escolha pela reintegração entre a humanidade e a natureza, pela suficiência em oposição ao acúmulo, reaproximando as noções de corpo e território, saúde e ambiente.

Palavras-chave: Mato Grosso; agronegócio; corpo e território; bem-viver.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Antropologia (UFMT).

² Mestre (2003) e Doutor (2012) em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Adjunto do Departamento de Saúde Coletiva da UFMT. Professor permanente dos programas de Pós-Graduação em Antropologia Social e em Saúde Coletiva.

Exploration and territorial development in Mato Grosso: a desert dressed in abundance

Abstract: It is understood that the state of Mato Grosso was built from an archetype of civilizing exploitation, based on a systematic predation of mineral, plant and animal resources, with very low adherence to ecological and environmental agendas. Formed from an authoritarian (dictatorial) political regime, the necessary conditions were achieved for the expansion and perpetuation of capital in Mato Grosso lands. The implementation of the economic bases of the agroforestry-industrial production chain (agribusiness) emerges from a series of transgressions against the native peoples of Mato Grosso. Under the paradigm of integration and national security, the state of Mato Grosso was designed and produced from the policies of occupation and appropriation of a filled, empty and uninhabited territoriality, a “no man’s land”. Acting from propositive policies of death and extermination of the hegemonic discourse, it has decimated its respective “enemies” for decades, subsequently eliminating possible alternatives for existence. However, the peoples who are being decimated are proving to be resilient and, in the midst of destruction, offer us new possibilities, a choice for the reintegration of humanity and nature, for sufficiency as opposed to accumulation, bringing together the notions of body and territory, health and environment.

Keywords: Mato Grosso; agribusiness; body and territory; well-being.

Exploración y desarrollo territorial en Mato Grosso: un desierto vestido de abundancia

Resumen: Se entiende que el estado de Mato Grosso fue construido a partir de un arquetipo de exploración civilizatoria, basado en una depredación sistemática de recursos minerales, vegetales y animales, con muy baja adherencia a directrices ecológicas y ambientales. Formado a partir de un régimen político autoritario (dictatorial), se lograron las condiciones necesarias para la expansión y perpetuación del capital en tierras de Mato Grosso. La implementación de las bases económicas de la cadena productiva agroforestal-industrial (agrobusiness) surge de una serie de transgresiones contra el pueblo originario de Mato Grosso. Bajo el paradigma de la integración y la seguridad nacional, el Estado de Mato Grosso fue diseñado y producido a partir de políticas de ocupación y apropiación de una territorialidad llena, vacía y deshabitada, una tierra de “nadie”. Actuando sobre la base de políticas decididas de muerte y exterminio, el discurso hegemónico ha diezmado a sus respectivos “enemigos” durante décadas, eliminando posteriormente posibles alternativas de existencia. Sin embargo, los pueblos que serán diezmados se muestran resilientes y, en medio de la destrucción, nos ofrecen nuevas posibilidades, una opción de reintegración entre la humanidad y la naturaleza, de suficiencia frente a acumulación, uniendo las nociones de cuerpo y territorio, salud y medio ambiente.

Palabras clave: Mato Grosso; agronegocios; cuerpo y territorio; bien vivir.

O estado mato-grossense é ostensivamente reconhecido pelo seu modelo produtivo agrícola, consolidado a partir de um paradigma desenvolvimentista. Mato Grosso tem como referência uma lógica de monocultura químico-dependente e agroexportadora, que opera a partir da distribuição desigual das terras produtivas e de um modelo intensivo do uso do território, formando verdadeiras oligarquias (MORENO, 2007). A formação do território mato-grossense se deu, ao longo dos séculos, por meio de distintos ciclos de ocupação e exploração, todos marcados por políticas estatais e empresariais voltadas à maximização da produtividade e à integração ao mercado nacional e internacional.

Desde as incursões bandeirantes no século XVIII até os grandes projetos de colonização promovidos pelo regime militar no século XX, o discurso da terra vazia - ou do “vazio demográfico” - foi reiteradamente mobilizado como instrumento ideológico para justificar a expropriação de terras indígenas, ribeirinhas e camponesas, bem como para legitimar a imposição de um modelo de uso e controle do território que favorece o grande empreendimento agro-industrial-florestal (PASQUIS, 2019).

Este movimento, em nome da ordem e do progresso, tem autorizado a exploração, poluição e destruição das matrizes ambientais. Os projetos de desenvolvimento têm interpretado a natureza enquanto fonte de recursos inesgotáveis e Mato Grosso, enquanto influente expoente deste modelo hegemônico, tem participado intensamente desta exploração civilizatória. Este paradigma tem induzido diferentes regiões e biomas do estado a uma condição calamitosa, oferecendo uma série de riscos à saúde das populações e tornando o ambiente fisiologicamente intolerável a presença humana.

Neste artigo, objetivamos historicizar esse processo, evidenciando as transformações político-territoriais que conformaram o estado de Mato Grosso como um dos principais expoentes do agronegócio brasileiro. A partir de uma abordagem interdisciplinar, analisamos como esse modelo de desenvolvimento tem gerado formas sistemáticas de expropriação, contaminação e adoecimento - não apenas dos corpos humanos, mas também dos territórios, das águas, dos solos e das paisagens socioculturais. Propõe-se, assim, uma leitura que articule as dimensões histórica, ambiental, sanitária e simbólica do processo de produção do espaço em Mato Grosso, denunciando suas contradições e implicações.

Ao longo das últimas cinco décadas, o agronegócio em Mato Grosso passou por uma verdadeira revolução sociotécnica, que redesenhou seu perfil produtivo, deixando de se orientar por um modelo de produção de base local/regional e tornando-se subordinado dos céleres ritmos dos circuitos internacionais de comercialização (FREDERICO, 2013; CASTILHO, 2016). Nesse processo, a adoção massiva de insumos químicos e de maquinário pesado, aliada a políticas de “desenvolvimento hegemônico”, enfraqueceram a fiscalização ambiental e as garantias trabalhistas, elevando de forma expressiva a eficiência e o rendimento de produção. Ao mesmo tempo, entretanto, essa mesma modernização desencadeou impactos severos sobre a saúde de populações humanas e não humanas do estado, comprometendo a segurança e soberania dos povos de Mato Grosso (BREILH, 2007).

Pensar no agronegócio mato-grossense, portanto, exige um olhar apurado

que evidencie as consequências deste modelo produtivo hegemônico, demonstrando como este paradigma institui sobre os corpos uma série de pressões, contaminações e imposições (LIMA *et al.*, 2015). Especialmente no que concerne ao agrotóxico, é preciso evidenciar seu caráter tóxico e adoecedor, causador de uma série de iniquidades que impedem a produção de vidas adequadamente dignas.

Por fim, ao reconhecer a resiliência dos povos que resistem à lógica do capital – aqueles que sobreviveram ao seu próprio “fim do mundo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2019) – afirmamos que, mesmo diante de um cenário de destruição, ainda emergem possibilidades de reconexão entre corpo e território, humanidade e natureza, saberes que apontam para saídas sustentáveis e emancipatórias de vida e sociabilidade. Este texto, então, é também um convite à reflexão sobre quais futuros estamos construindo e com quem estamos construindo.

Este artigo estrutura-se a partir de uma revisão bibliográfica crítica, fundamentada em fontes históricas, etnográficas e científicas, articulando contribuições da geografia, da saúde coletiva, e da antropologia. A metodologia adotada combina análise documental com uma leitura crítica das narrativas oficiais de desenvolvimento, buscando desvelar os dispositivos que sustentam o paradigma de ocupação e exploração vigente no estado de Mato Grosso. O objetivo é mapear as políticas de territorialização e suas consequências socioambientais e sanitárias, bem como evidenciar as cosmologias e práticas indígenas e camponesas que resistem à lógica do deserto produtivo imposto pelo capital.

A organização do texto reflete esse percurso investigativo, dividido em quatro seções principais: (1) Das políticas de ocupação às lógicas do “deserto” – em que discutimos os mecanismos ideológicos e institucionais que sustentaram o mito do “vazio demográfico”; (2) Mato Grosso: quando o deserto se disfarça de abundância – onde analisamos os impactos do agronegócio na produção de territórios precarizados e adoecedores; (3) Determinação social da saúde e corpo-território – que articula as dimensões ambientais e epidemiológicas do adoecimento em contextos de monocultura e agrotóxicos; (4) Cosmologias insurgentes e modos outros de vida – dedicada às resistências e às alternativas de sociabilidades protagonizadas por povos indígenas e comunidades tradicionais. Cada seção avança da crítica estrutural às formas de ocupação e produção hegemônicas para o reconhecimento de experiências alternativas e insurgentes de existência, apontando para a possibilidade de outros futuros possíveis e sustentáveis.

Uma nova perspectiva para a ocupação territorial: o Estado Novo e a Marcha para o Oeste

Durante a década de 1930, diante das transformações políticas, econômicas e sociais implementadas a partir do governo ditatorial de Getúlio Vargas (período conhecido como Estado Novo ou Terceira República Brasileira), Mato Grosso passou a ser integrado definitivamente nos planos econômicos do Estado, enquanto região de fundamental importância para o desenvolvimento e expansão das indústrias nacionais. Nesta época, o Brasil estava se transformando, abandonando a habitual economia, vinculada principalmente à exportação de bens primários, para se consolidar enquanto um país com indústrias particulares (BARROZO, 2008).

A cadeia de indústrias, desenvolvidas durante administração de Getúlio Vargas, estavam concentradas nas regiões Sudeste do país, fazendo com que a participação de Mato Grosso estivesse vinculada à manutenção e suporte deste novo empreendimento do Estado, consolidando-se enquanto periferia da indústria

emergente. Assim: “Por um lado, era necessário garantir o abastecimento de alimentos para a população e de matérias-primas para as fábricas do Sudeste. Por outro lado, era necessário construir um mercado consumidor de produtos industrializados” (PIAIA, 2003: 27). Segundo o governo da época, o território de Mato Grosso possuía um grande “espaço vazio”³ ou “vazio demográfico” que deveria ser ocupado e integrado a nova economia, tornando-se uma região de importância decisiva para a expansão industrial no Brasil - era preciso expandir a *fronteira agrícola*.

Desta maneira, a ideia de *fronteira* está fortemente associada ao processo de ocupação e integração nacional, resultado da laboriosa modernização do campo e da transformação de suas bases produtivas. Tratou-se do gradativo avanço da agroindústria e dos fluxos migratórios para novas áreas e porções territoriais, ampliando a zona de ação do capital e favorecendo a exploração da terra a partir da ação sistemática do Estado. Como Salienta Castro *et al.* (1993: 47), poderíamos caracterizar as regiões de fronteira enquanto:

um elemento complexo e dinâmico que alimenta o processo de acumulação e que constrói não só ideologicamente e simbolicamente a possibilidade de reprodução camponesa, como permite novos processos de diferenciação social [...] a fronteira representa e materializa um conjunto de fenômenos concretos e diferenciados, onde o Estado se faz presente, direta ou indiretamente e em todos os níveis.

A partir de uma política que visava a integração nacional, o Governo Federal desenvolveu e implementou as bases do programa conhecido como *Marcha para o Oeste*, que buscava conquistar o interior do país (principalmente as regiões Centro-Oeste e Norte), integrando-o ao desenvolvimento do capital nacional e internacional (MORENO, 1999). Este programa influenciou decisivamente o adensamento populacional do estado de Mato Grosso, favorecendo a ocupação dos supostos “vazios demográficos” a partir de uma série de dispositivos políticos, jurídicos e administrativos, principalmente vinculados ao desenvolvimento de colônias agrícolas e industriais⁴ - além disso, buscavam desenvolver novos projetos viários e energéticos na região.

Compreende-se que o desenvolvimento da infraestrutura foi fundamental para o enobrecimento do estado de Mato Grosso enquanto centro de interesse econômico e capital durante a primeira metade do século XX (SÁ, 2011; COY *et al.*, 2020). Diferentemente dos primeiros séculos de ocupação de Mato Grosso, onde a produção econômica não estava comprometida com o desenvolvimento tecnológico ou industrial local, nesta nova etapa econômica do país a promoção da infraestrutura foi um ato fundamental e indispensável para as cadeias produtivas emergentes.

A ocupação do território de Mato Grosso, a partir da *Marcha para o Oeste*, durante a primeira metade do século XX, foi possibilitada a partir do desenvolvimento de novas leis, diretrizes, superintendências⁵, planos e departamentos⁶ destinados a discutir e fomentar a fixação de conjuntos populacionais nas terras do

³ Falava-se em vazio demográfico nesta porção do Brasil Central, mas ignorava-se o fato de que a região era amplamente habitada pelos povos indígenas e também por pequenos posseiros da região.

⁴ Muitos dos núcleos habitacionais ou colônias agrícolas desenvolvidas nesta época tornaram-se em sedes de municípios a partir da década de 1970 e 1980.

⁵ Um bom exemplo envolve a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Criada a partir da Lei nº 1.806 e destinada à elaboração de planos de controle, execução e coordenação nacional dos órgãos atuantes na Amazônia. Cabia a esta Superintendência distribuir as verbas entre os diferentes órgãos e fomentar o interesse dos investidores nacionais e internacionais pelas terras amazônicas, principalmente relacionado à predação dos recursos minerais e vegetais (CARDOSO e MÜLLER, 2008).

⁶ Um bom exemplo envolve o Departamento de Terras e Colonização (DTC). Tratava-se de um órgão do Estado destinado à venda e distribuição das terras devolutas. Envolveria um trabalho sistemático de colonização que considerava a criação de núcleos de habitação coletivos, distribuindo terras para os trabalhadores rurais.

estado, ampliando a *fronteira agrícola* e desenvolvendo a cadeia de produção agro-industrial-florestal. Uma das principais leis desenvolvidas nesta época foi a Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, que:

Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. [...] constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País. (BRASIL, 1953, s/p)

Objetivando disseminar o “progresso” e ocupar os supostos “vazios demográficos”, entre as décadas de 1940 e 1950 o Estado intensificou o plano de Integração Nacional, o que implicou no planejamento e desenvolvimento das Colônias Agrícolas Nacionais, a partir das políticas de colonização oficial e particulares. Entretanto, como destaca Barrozo (2017), tanto as Colônias agrícolas desta época quanto a própria *Marcha para o Oeste* não foram devidamente materializadas, permanecendo mais ligadas ao plano do discurso.

Como revela Piaia (2003), ainda que tenham atraído um grande contingente migrante para o estado de Mato Grosso, a maioria dos projetos executados entre as décadas de 1950 e 1960 foram pouco positivos para manutenção do conjunto populacional da região, pois baseavam-se em um planejamento ineficiente e precário, incapaz de fornecer assistência a educação, saúde e transporte para o grupo em via de colonização.

Todas estas transformações observadas entre a década de 1930 e 1960 foram fundamentais para favorecer a expansão do capitalismo em território mato-grossense, baseado em um modelo econômico concentrador das riquezas e depredador da natureza. Atuando em benefício do interesse privado, redistribuindo a terra para as classes privilegiadas, a próxima etapa da ocupação territorial em Mato Grosso seria conduzida a partir das políticas ditatoriais do *governo civil militar* em 1964.

Colonização de mato grosso a partir de 1960: ditadura civil militar e Política de Integração Nacional

A política de colonização de Mato Grosso foi restituída a partir do regime ditatorial implementado em 1964. A ocupação do território estava integrada ao plano nacional do regime militar, conhecido como *Operação Amazônia* (1966), que possuía como principal objetivo ocupar os supostos “vazios demográficos”⁷, integrando-os às demais regiões brasileiras e assegurando a unidade nacional⁸ (MORENO, 1999). Este plano possuía como principal recurso ideológico o *slogan* que versava sobre a segurança e o desenvolvimento nacional, para este regime ditatorial era preciso “integrar para não entregar” as regiões. Segundo Beatriz e Neto (2002: 52):

Essa direção político-ideológica traçou a linha do discurso voltado para ordenar e disciplinar o processo de ocupação da Amazônia, culminando com a ideia mais acabada de INTEGRAÇÃO NACIONAL, fundamentada na concepção militar de SEGURANÇA NACIONAL. a ideia de Integração assenta-se nesta mística da ocupação da Amazônia, relevando a missão de incorporar terras, defender fronteiras e preservar riquezas.

⁷ Não se considerou nesta época, entretanto, que a região já era tradicionalmente ocupada por povos indígenas e outras coletividades, principalmente formadas pelas antigas frentes de expansão econômica extrativista, que deram origem aos posseiros da região (MORENO, 1999; ROSA, 2018).

⁸ Segundo Carvalho (2000), a concepção de unidade nacional envolvia principalmente fortalecer a ação pública em benefício da indústria privada.

Esta estratégia buscava estabelecer a exploração sistemática dos recursos minerais, vegetais e animais do interior do país, a partir do desenvolvimento de empreendimentos agropecuários, agroindustriais e mineradores, favorecendo a expansão das empresas privadas (fossem elas nacionais ou internacionais) e do capitalismo em território mato-grossense. Até o início da década de 1970, o estado de Mato Grosso continuava vinculado a um modelo econômico majoritariamente extrativista e, segundo a lógica do regime militar, precisava ser convertido aos interesses hegemônicos da época (BARROZO, 2008).

Como revela Oliveira (1993), os interesses hegemônicos estavam vinculados à internacionalização dos recursos da Amazônia, estabelecido a partir da classe burguesa brasileira que, sob a guarda pretoriana dos governantes militares, aliam-se ao capitalismo monopolista mundial. O projeto de desenvolvimento econômico militar vinculava-se a um discurso “patriótico” de segurança e soberania nacional, entretanto submetia com grande entusiasmo o território à exploração das indústrias internacionais.

O Governo Federal baseou-se em uma série de estratégias e de instrumentos para efetivar e sustentar a ocupação do território mato-grossense, utilizando-se de medidas políticas, jurídicas e econômicas que promoveram profundas transformações nas formas de ocupação, trabalho e habitação da região. Segundo Carvalho (2000), estas medidas e instrumentos foram articulados de modo interdependente e harmônico:

a) medidas políticas representadas pela chamada "Operação Amazônia" (1967), que sintetiza um conjunto de ações de planejamento econômico através das quais se definem as intenções dessa ocupação; b) medidas jurídicas materializadas nos dispositivos de um vasto aparato legal destinado a regular a ação efetiva dessa ocupação de acordo com aqueles parâmetros políticos que a haviam condicionado (Estatuto da Terra, Código de Mineração, etc.); c) medidas econômicas representadas pela legislação referente à política de incentivos fiscais e de crédito que, ao lado da disponibilidade de terras abundantes e baratas, vão se tomar as principais forças de atração do capital aplicado em grandes projetos agropecuários e industriais na região (2000: 30).

Desta maneira, o Estado buscou fornecer garantias para a reprodução do capital em solo mato-grossense, promovendo a ocupação, e a incorporação da “Amazônia ao seu raio de ação” (OLIVEIRA, 1993). O Governo Federal atuou de forma sistemática atraindo novos investidores para a região de Mato Grosso, fornecendo muitos incentivos fiscais e créditos facilitados a eles, concedendo apoio financeiros a partir de programas como: Plano Nacional de Integração⁹ (PIN), Programa de Redistribuição da Terra e Estímulo à Agroindústria no Norte (PRO-TERRA), Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) e o Polo do Cerrado (POLOCENTRO).

Durante esta época, o Estado criou e aperfeiçoou inúmeros órgãos públicos e institucionais, responsáveis por subsidiar as atividades econômicas emergentes ligadas à indústria agro-industrial-florestal na região, como: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia¹⁰ (SUDAM), a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e o Banco da Amazônia S/A (BASA). Neste

⁹ O PIN foi criado no ano de 1970 e tinha como intuito financiar projetos de infraestrutura na região da SUDENE E SUDECO. Beneficiou diretamente a colonização privada na região a partir de incentivos fiscais e financeiros. Ainda realizou rodovias federais na Amazônia como a Transamazônica, Cuiabá-Porto-Velho e Cuiabá-Santarém.

¹⁰ Tinha como objetivo coordenar as ações do Estado na Amazônia, utilizando do banco da Amazônia como recurso financeiro destinado ao desenvolvimento de convênios públicos e privados. Fornecia incentivos fiscais e isenção de impostos para os projetos que estivessem vinculados a proposta de ocupação, prediação de matérias-primas e desenvolvimento de empregos na região.

período, criou ainda o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária¹¹ (INCRA), responsável pela ocupação das terras devolutas e criação dos projetos de colonização.

A princípio, o *Projeto de Integração Nacional* e a política de colonização possuía dois interesses análogos: simultaneamente, procurava fornecer soluções que amenizassem os conflitos relacionados à distribuição fundiária¹² do Sul¹³ e Nordeste¹⁴, minimizando as tensões que envolviam desigualdades de acesso e uso do território (BARROZO, 2008; MORENO, 1997); ao mesmo tempo em que, procurava favorecer a emergência de uma mão-de-obra reserva para as indústrias e projetos empresariais em ascensão, a partir do estabelecimento de grupos populacionais estáveis e da fixação de populações regionais no Centro-Oeste brasileiro (OLIVEIRA, 1993; SÁ, 2011).

Durante o fim da década de 1960 e início da década de 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹⁵ foi instituído pelo Governo Militar, possuindo como responsabilidade a tarefa de promover e executar projetos dedicados ao assentamento de futuros colonos agricultores. Tratava-se, naquele momento, de uma política de colonização oficial, dirigida e planejada pelo Estado (BARROZO, 2017).

Com o início da década de 1970, entretanto, também se tornaram frequentes os projetos de colonização particulares/privados, que foram predominantes em Mato Grosso quando comparados aos programas oficiais (MORENO, 1997). A maioria dos empreendimentos de colonização privada tinham como intuito desenvolver regiões dedicadas à produção agro-industrial-florestal. As cooperativas privadas compravam as terras devolutas/públicas do Estado a preços irrisórios e, a partir de então, ficavam responsáveis pelo planejamento da infraestrutura local que assentaria os futuros colonos. Em troca, as cooperativas recebiam a concessão da venda da terra, transformando-a em pequenos lotes que, na maioria dos casos, eram revendidos por valores muito elevados (MORENO, 1999; HEINST, 2008; MENDES, 2012).

Devido à grande disponibilidade e facilidade¹⁶ envolvida na aquisição das terras devolutas/públicas em Mato Grosso, os grandes grupos econômicos e o próprio Estado fizeram de sua venda um negócio extremamente rentável (HEINST, 2008). A principal fonte de arrecadação econômica do Estado, neste período, estava ligada à venda de grandes porções territoriais na região Centro-Oeste e Norte do Brasil (MORENO, 1999).

¹¹ O INCRA surge com o objetivo de realizar a reforma agrária no país. Buscou durante esta época fomentar projetos de colonização privadas e oficiais, influenciando o contingente de migração na região. Buscou instalar projetos de colonização principalmente ao longo das rodovias federais (BARROZO, 2008).

¹² O slogan da época era “Uma terra sem homens para homens sem-terra”. Muitos dos colonos viam esta aquisição enquanto uma oportunidade para o desenvolvimento financeiro e melhoraria das condições de vida. Sem acesso ao direito de uso da terra, estes trabalhadores buscavam novas áreas onde poderiam trabalhar na labuta da roça.

¹³ O Sul a partir de minifúndios – fracionamento e redução da terra a pequenas porções/lotês – o que impossibilitava o desenvolvimento da modernização agrícola pretendida pelos governos militares (BARROZO, 2017).

¹⁴ E o Nordeste, onde a vida dos trabalhadores rurais era muito precária, cerceada por condições de extrema pobreza, estiagens históricas e violência – destacando-se principalmente os conflitos e repressões estabelecidas contra as Ligas Camponesas na década de 1960 (BARROZO, 2017).

¹⁵ Além do INCRA, representante oficial do Governo Federal, em Mato Grosso operavam ainda outras instituições e órgãos administrativos com funções análogas, sendo eles: o Departamento de Terras e Colonização (DTC), a Comissão de Planejamento de Produção (CPP), a Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT) e o Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT). Todos estes órgãos compartilharam, em diferentes épocas, de funções e atividades em comum, dedicadas à arrecadação de terras devolutas, alienação de terras públicas, regularização da situação fundiária e promoção da colonização estadual (oficial e particular).

¹⁶ Silva (2008), revela que havia um grande número de propagandas nos jornais comercializados dentro e fora do estado que se referiam a Mato Grosso enquanto uma terra de fértil à espera de braços fortes, tratava-se, aparentemente, de um novo El Dorado, um lugar quase paradisíaco. Guimarães Neto (2002) disserta sobre o mito da fertilidade da terra, da terra nova, do ouro verde (café), um mito da terra farta e abundante, livre das geadas do Sul. Tratar-se-ia de uma terra prometida para aqueles trabalhadores que abriram a fronteira agrícola no Sul do país, mas continuaram sem o acesso à terra. Toda essa mítica, segundo a autora, tornou-se uma potente estratégia de controle das classes empobrecidas do Sul.

A compra e venda de terras em Mato Grosso gerou grandes adversidades e conflitos, principalmente pela prática da grilagem que procurava dissuadir os pequenos posseiros da região, conquistando e concentrando o território a partir de práticas violentas e hostis. Oliveira (1993) alerta-nos para os conflitos da época, evidenciando a indústria da grilagem que, com apoio dos militares, apropriaram-se de territórios ilícitos onde haviam antigos posseiros e povos indígenas. A atividade de grilagem atuava, sobretudo, a partir de uma prática violenta, a partir de jagunços e/ou pistoleiros que pressionavam os habitantes a se retirarem dos locais e venderem suas terras a preços irrisórios.

Em outras situações, o acesso à terra estava condicionado à corrupção e aos favores políticos/eleitorais locais, onde as concessões da terra eram estabelecidas de forma indiscriminada, arbitrária e especulativa. Baseadas em uma série de mecanismos de burla¹⁷ à legislação favorecia o monopólio privado e a concentração desproporcional, formando e legitimando grandes latifúndios (MORENO, 1999; SILVA, 2008). Desta maneira, a política de distribuição das terras (ou política fundiária) em Mato Grosso parece, de muitas maneiras, ter sido direcionada a partir da concentração fundiária. A partir de uma série de transgressões, previstas pela lei, o Estado transformou as terras devolutas e públicas em domínio privado (MORENO, 1999).

Entre as décadas de 1960 e 1970, houveram distintos fluxos migratórios em direção às áreas de colonização agrícola do estado de Mato Grosso, responsáveis pelo adensamento demográfico da região. Como salienta Barrozo (2008; 2017; 2018), os dois principais movimentos migratórios da época estavam relacionados: primeiro, a população originária do semiárido nordestino, que naquela época sofria com uma estiagem severa. Para o Estado, a solução encontrada foi a construção da BR-230 (Transamazônica), onde novos complexos de colonização deveriam ser construídos e destinados à ocupação dos agricultores empobrecidos do Nordeste; e segundo, a partir da migração estabelecida pela população originária do Sul do país, que foram majoritariamente privilegiados pelas políticas de colonização da época, pois já possuíam certa vocação para as atividades ligadas à produção agrícola e haviam recentemente participado do processo de abertura da fronteira agrícola no Paraná. Como descreve Beatriz e Neto (2002: 107):

O colonizador foi buscar não só o agricultor de tradição, aquele que detinha um saber acumulado sobre como lidar com a lavoura, mas especialmente, o agricultor que também possuía uma outra capacidade – a de ter participado da abertura da fronteira agrícola do Paraná [...] um agricultor que passou pela “escola do Paraná”, dono de um saber sobre a experiência viva de uma fronteira agrícola; e, ainda um agricultor empobrecido, mas pequeno proprietário, o qual podia vender sua terra e investir nos lotes que a colonizadora colocava à venda.

Como sugere Girardi (2015), as políticas de colonização utilizaram-se de forma astuta a mão de obra campesina migrante, que abriram as clareiras, derrubaram as matas e lidaram com a terra, domesticando e “disciplinando” o campo. Entretanto, estas mesmas políticas não forneceram as condições mínimas para manutenção e perpetuação da vida e da subsistência desta coletividade. Assim sendo:

Parte desta população voltou para seus lugares de origem, no Sul, Sudeste e Nordeste; outra parte avançou ao norte do estado e do país, adentrando a fronteira agropecuária e, provavelmente, repetindo a história; alguns passaram a fazer parte de movimentos

¹⁷ Envolveram desde a emissões de títulos falsos, duplicados, compra de terras ilícitas, demarcações fraudulentas, falsos levantamentos de divisas (agrimensores a serviço dos grandes produtores) e mesmo a partir de atividades ligadas a omissão de dados sobre a presença de posseiros e indígenas na região (MORENO, 1999).

camponeses em busca de terras; e ainda outro contingente contribuiu para engrossar as periferias da capital Cuiabá e de cidades médias do interior do estado. (GIRARDI, 2015, s/p)

As atividades de regularização fundiária e desenvolvimento de projetos oficiais e particulares de colonização influenciaram profundamente o adensamento populacional entre as décadas de 1960 e 1980 no estado de Mato Grosso, propiciando o surgimento de novas dinâmicas entre o campo e as cidades. A grande maioria¹⁸ da população migrante daquela época, entretanto, foi fixada em projetos de colonização de cooperativas e instituições privadas.

Muitos destes projetos de colonização foram estabelecidos, intencionalmente, ao lado das grandes rodovias construídas entre as décadas de 1960 e 1970, que passaram a funcionar enquanto grandes eixos de expansão da produção agro-industrial-florestal (HEINST, 2008; MARGARIT, 2013). Como resultado deste processo de expansão da *fronteira agrícola* na região, 61 municípios foram criados em Mato Grosso entre as décadas de 1970 e 1980, sendo que o estado já contava com 126 municípios até o ano de 1997 (MORENO, 1997). Muitos dos municípios criados nesta época, tornaram-se grandes polos do empreendimento do agronegócio brasileiro, como é o caso de Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, todos situados às margens da BR-163.

Como destacam Beatriz e Neto (2002: 144), os centros urbanos do estado de Mato Grosso receberam uma série de estímulos para que se configurassem, hoje, enquanto matrizes de apoio para o desenvolvimento econômico da agroindústria:

Em poucos anos essas cidades passaram de cinco para dez, vinte, trinta, quarenta mil habitantes, com um crescimento populacional sempre em ascensão e contando com equipamentos urbanos muito modernos. A colonização na década de 1970 teve um peso determinante para essas regiões. Expressando a realidade da “nova ocupação”, Rondônia e Mato Grosso viram nascer cidades e municípios, cuja expansão e organização foram fundamentais à conformação de um espaço social, em que os investimentos capitalistas, a constituição de um mercado de mão-de-obra e a extensão de um poder político tiveram lugar privilegiado.

Estas cidades, portanto, foram criadas a partir de um planejamento sistemático, com intuito de organizar e favorecer a produção agro-industrial-florestal, elas “nascem e crescem como polos planejados para servirem aos grandes capitais” (SOUZA, 2020: 73). A localização destas cidades e municípios é estratégica, às margens das grandes rodovias¹⁹ que atravessam o estado, dando acesso às regiões Norte e Sul do país, permitindo uma via de escoamento (corredor de exportação) para os produtos desenvolvidos pela agroindústria.

Como evidencia Elias (2016), a produção agrícola foi fundamental para que o movimento de urbanização deixasse de ser predominante entre as áreas litorâneas do Brasil e fosse direcionada as novas fronteiras do interior, uma vez que este mesmo negócio demanda de uma série de produtos e serviços especializados para satisfazê-lo:

Dessa forma, o agronegócio globalizado desempenha um papel fundamental para a intensificação da urbanização e para o crescimento de cidades locais e de porte médio,

¹⁸ Segundo Moreno (1999), entre 1980 e 1992, o Incra implantou em Mato Grosso cerca de 59 projetos de colonização e de assentamento em áreas de tensão social. Ainda segundo a autora, entre as décadas de 1970 e 1980, foram implantados em Mato Grosso 88 projetos de colonização privados/particulares, abrangendo cerca de 3,25 milhões de hectares de terras, reunindo vinte mil famílias, constituída majoritariamente por migrantes do Sul.

¹⁹ Dentre as principais estradas construídas durante a década de 1960 e 1970 estão as rodovias que, não coincidentemente, fornecem acesso à região Sul do Brasil, cumprindo com o *projeto de integração nacional* e, subsequentemente, transformando a região Centro-Oeste em uma extensão da área de colonização do Sul (HEINST, 2008; COY *et al.*, 2020).

fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos. Nessas cidades se realiza parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, quando elas passam a exercer novas funções e a compor importantes nós, pontos ou manchas das redes agroindustriais, a partir das quais fornecem parte da mão de obra (especializada braçal), dos recursos financeiros, dos insumos químicos, das máquinas agrícolas e da assistência técnica agropecuária, dinamizando a economia e a reorganização urbano-regional. (ELIAS, 2016: 68)

A agroindústria teve vigor para desenvolver e especializar o território, produzindo zonas adaptadas ao seu benefício, conhecidas como regiões produtivas do agronegócio (RPAs) (ELIAS, 2016). Estas zonas produtivas seriam, para Elias (2016), circuitos espaciais de produção e cooperação implicados no desenvolvimento de *commodities* e outros produtos agropecuários a partir da coordenação e gerência de grandes empreendimentos nacionais e/ou internacionais (*tradings*).

Em síntese, implica considerar que o desenvolvimento da grande maioria dos municípios do estado de Mato Grosso está condicionado a uma forma específica de colonização e surgimento, especialmente vinculada ao desenvolvimento da produção agro-industrial-florestal. As *cidades do agronegócio* tornam-se componentes vitais para a agroindústria, uma vez que materializam as devidas condições para a manutenção e perpetuação do capital internacional na região - gerindo, gestando e fornecendo subsídios para as cadeias de produção do agronegócio (ELIAS, 2016).

Formado a partir de um regime político autoritário (ditatorial), criaram-se as devidas condições para expansão e perpetuação do capital em terras mato-grossenses. Como salientam Beatriz e Guimarães Neto (2002: 95), o objetivo sempre foi, de fato:

assegurar a dominação das terras pelo capital privado, como já foi assinalado, e desta forma impedir a livre ocupação das “novas terras” pela maioria das pessoas que se deslocavam. A “nova ocupação” deveria se realizar, sobretudo, contando com a força de trabalho dos agricultores empobrecidos de outras regiões, mas, desde que se pudesse garantir o controle da distribuição das terras.

A grande maioria das cidades do estado nasceram a partir destes projetos de colonização, planejadas enquanto matrizes da exploração e do desenvolvimento do capital e carregam, ainda hoje, a bandeira do “progresso” econômico e da Integração Nacional. A expansão do capitalismo em território mato-grossense caracterizou-se, ainda se caracteriza, a partir de um modelo econômico concentrador das riquezas e depredador do ecossistema, atuando em benefício do interesse privado. Indo contra qualquer projeto ou perspectiva de reforma agrária, o Estado tem concentrado e assegurado a dominação da terra pelo capital privado durante as últimas décadas.

Além disso, a implementação das bases econômicas da cadeia produtiva agro-florestal-industrial emergem a partir de uma série de transgressões contra os povos originários de Mato Grosso. Desde a expulsão de suas áreas originárias, até seu expresso extermínio, os povos indígenas foram cerceados e obrigados a conviverem em áreas diminutas e diferentes daquelas que estavam habituados. Historicamente, o Brasil é um território indígena²⁰, o que implica considerar que, antes da chegada dos europeus em 22 de abril de 1500, aproximadamente 5 milhões de pessoas indígenas habitam a extensão territorial brasileira (DELGADO e JESUS, 2018). Os itinerários dos povos indígenas não estavam limitados por

²⁰ “O Brasil é Terra Indígena” foi a frase utilizada em agosto de 2021 pelos povos indígenas na praça dos três poderes em Brasília. Na ocasião, os grupos buscavam combater a proposta do Marco Temporal.

perímetros ou fronteiras administrativas, mas envolviam um amplo e vasto percurso de caminhada, habitação e pertencimento. As regiões que hoje fazem parte das cidades do agronegócio eram, portanto, espaços de produção e reprodução da vida indígena.

Das políticas de ocupação às lógicas do “deserto”: liberalismo de ocupação e o “vazio territorial”

Poderíamos considerar que a ocupação do estado de Mato Grosso como “território vazio” ou “vazio demográfico” repousa sobre um dispositivo epistemológico e político muito eficiente, que Elizabeth A. Povinelli nomeia de “Geontopoder²¹”. Em *Geontologias: um réquiem para o liberalismo tardio*, Povinelli demonstra que, no horizonte do liberalismo tardio, assim como seu modo de operação, todas as coisas são interpretadas a partir de um potencial/virtual gerador de lucros, onde tudo é potencialmente vital a sua lógica de extração de valor, classificando os seres existentes conforme a capacidade de extração que deles se deseja. Tudo está potencialmente Vivo e/ou Não vivo, a depender das estratégias de lucro pretendidas. Como sugere a autora, tratamos aqui do *Geontopoder*, este regime de poder que regula e manipula as fronteiras entre as entidades consideradas Vivas e Não Vivas, gerindo/aperfeiçoando e preservando determinados modelos produtivos e Estados neoliberalistas.

Indo além em nossa leitura, poderíamos afirmar que esse “vazio demográfico” ou “deserto inaugural” que observamos em Mato Grosso, portanto, não é um dado natural, mas o efeito de práticas estatais e empresariais que buscaram apagar progressivamente e intencionalmente aqueles repertórios humanos que não estavam condicionadas por uma lógica e intencionalidade capitalista de produção de “commodities” – dentre eles povos indígenas, agroextrativistas, ribeirinhos, saberes tradicionais de manejo do Cerrado e da floresta. Como sugere Povinelli (2023: 147) ao dissertar sobre o liberalismo tardio de ocupação na Austrália:

Indústrias de mineração podem reivindicar uma nova capacidade mágica para reconhecer a vitalidade infinita de todas as substâncias – mesmo os rejeitos, quando vistos da perspectiva do desejo, podem transformar-se em valor – e de alcançar as capacidades técnicas para liberar esse valor no mercado. Mas o capital, e a indústria da mineração exemplifica isso, também depende de sequestrar certas formas de existentes para o reino do objeto puro. O capital é, como notei no primeiro capítulo, o Deserto vestido de Animista.

Um Deserto vestido de Animista, o que isto quer dizer? Isto significa em muitos os casos que aquilo que pode ser quantificado em valor de mercado é reconhecido como possuidor de uma suposta “vitalidade”, enquanto todo o resto acaba sendo esvaziado de agencia e de intencionalidade, tornando-se em alguns casos em um objeto passível da ação e da finalidade humana. Assim sendo, “um deserto pode ser um campo fértil de oportunidades” (RUGGIERI, 2023: 7). Eu diria que a recíproca também é verdadeira, onde uma terra vívida e fértil pode vir a ser encarada enquanto um espaço “vazio” ou se preferir um deserto.

Desde o Estado Novo de Vargas, com a Marcha para o Oeste e o Plano de Valorização da Amazônia (Lei 1.806/1953), até os incentivos fiscais do regime

²¹ “E, assim como o liberalismo tardio em geral, o geontopoder liberal tardio é um projeto social cujo propósito é a manutenção de um arranjo de acumulação por meio da governança específica da diferença e dos mercados que alcança formas humanas e não humanas de existência. O geontopoder liberal tardio é uma atividade que conserta e cossustancia fenômenos, agregando e agenciando elementos dispares em uma forma e um propósito comuns. É um conjunto de padrões dominantes, constantemente manipulados e revisados de acordo com as condições materiais e locais com as quais a Vida é fabricada e a Não Vida é utilizada” (POVINELLI, 2023: 217).

militar (Operação Amazônia, PIN, PROTERRA, POLAMAZÔNIA), a ideologia dominante pintou o interior mato-grossense como “terra de ninguém” – vasto espaço para ser “domesticado” pelo capital. A noção de vazio serviu de justificativa para expropriar terras devolutas, realocar populações tradicionais e abrir caminho para as grandes corporações agroindustriais. Assim, a “invisibilidade” dos modos de vida indígenas e camponeses tornou-se condição de possibilidade para a expansão da monocultura agro-industrial-florestal.

Essa lógica liberal e “animista” pressupõe que aquilo que rende lucro é dotado de existência econômica digna de reconhecimento e de vitalidade virtual. Entretanto, qualquer população que subsista por meio de trocas não mercantis, rituais de reciprocidade e manejo comunitário fica fora da contabilidade liberal, transformando-se em um “vazio demográfico” – como se sua presença não importasse a paisagem econômica e, portanto, pudesse ser ignorada, tratada como um mero entrave à conquista territorial. Como sugere Silva (2023: 375), é como se no território: “A presença do indígena, antes de despertar a ideia de se tratar de um território já habitado, impulsiona o “desbravador” à certeza de se tratar de um “vazio” a ser explorado, ou uma “terra de ninguém”. Como sugere o autor, tratamos de um *ethos* colonizador ou de uma atitude colonial de conquista e de guerra permanente, que tem como consequência um deserto epistemológico, onde saberes ecológicos milenares são descartados, de uma ontologia que silencia vozes dissidentes em nome de uma suposta “integração e segurança nacional”.

Como nos esclarece Davi Kopenawa em suas reflexões: “Esses forasteiros possuem dentro deles outras palavras, palavras sobre *Teosi* e as mercadorias. Por isso ignoram nossas falas e inventam tantas mentiras a nosso respeito”. (2019: 509). A exploração capital encontrou técnicas e ferramentas de administração de sua autoridade, controle propriamente violento, legitimado enquanto prática justa sob os moldes e regimes discursivos da época.

Integrado à criação de uma realidade fantasiosa, especialmente colonial, criando os limites entre o bem o mal, o normal e o patológico, entre o Vivo e o Não Vivo e principalmente entre nós e eles, ou seja, os “civilizados” e os “selvagens”, que inúmeras práticas de brutalidade, crueldade e expropriação puderam ser legitimadas e concretizadas dentro deste Estado neoliberal de ocupação.

Mato Grosso: quando o deserto se disfarça de abundância

Contudo, dentro deste sistema desigual de produção e reprodução do capital, o deserto não é mera ausência, mas torna-se também um produto ativo de políticas públicas e de interesses da indústria privada, materializada na exploração e na destruição da própria natureza. A conversão de aproximadamente 42 milhões de hectares de vegetação nativa²² em áreas agrícolas e de pastagens entre 1985 e 2023 não se deu por acaso no território brasileiro, mas é resultante de um regime de incentivos fiscais e políticos que premiou a destruição e penalizou a manutenção de regiões ecológicas e sustentáveis. A construção desses verdadeiros “desertos verdejantes”²³ de soja, milho, algodão implica em um processo contínuo de

²² MapBiomass (2024). Dados disponíveis em: <https://brasil.mapbiomas.org/2024/12/06/pastagem-soja-e-cana-ocupam-77-da-area-de-agropecuaria-no-brasil/>

²³ Para quem viaja pela imensidão das estradas do estado de Mato Grosso torna-se familiar a seguinte descrição: Pelas estradas de Mato Grosso, a terra parece ter perdido a memória. O horizonte se dobra sobre si mesmo, num circuito interminável de soja, milho e algodão. Cada passo, cada curva, cada respiração repete a mesma cena exausta. Maquinários desfilam como exércitos de ferro, alheios ao lamento silencioso da terra. Vemos o mundo se repetir até que a vista cansa,

expropriação das matrizes ambientais, transformadas em capital extrativista.

Atualmente, o estado de Mato Grosso se consolida enquanto o maior produtor agrícola dentre as 27 Unidades Federativas do Brasil, movimentando um valor de 153,5 bilhões de reais entre culturas agrícolas temporárias e permanentes durante o ano de 2023, o que equivale a 18,84% dos lucros obtidos pelo Brasil durante o mesmo período (IBGE-PAM). O mesmo é válido quando consideramos a produção bovina estadual, a maior dentre as 27 unidades federativas, contando com aproximadamente 33,99 milhões de animais²⁴ durante o ano de 2023 – o equivalente a nove vezes o atual número de habitantes do estado (IBGE-PPM, 2023).

A ampliação das áreas de agricultura e pastagem, aliada à expansão dos centros urbanos e ao crescimento da industrialização, tem causado a deterioração dos recursos naturais, principalmente do solo e da água em Mato Grosso (CAMPOS *et al.*, 2004; SILVA *et al.*, 2009).

O avanço da cadeia agro-industrial-florestal no Cerrado, ao longo de poucas décadas de modernização, gerou transformações profundas nos padrões de uso na cobertura territorial, tal como documentado pelo mapeamento do ProBio (SANO *et al.*, 2010; Brasil, 1999). Tratamos de uma territorialidade cooptada pelas forças econômicas e capitais, que em nome do desenvolvimento tem produzido uma vasta via de contaminação, desertificação e mortificação do solo, das águas e do ar. Esta condição torna-se mais inteligível a partir do momento em que consideramos a análise dos dados geográficos de desmatamento, queimada e perda de recursos hídricos no estado. Durante as últimas três décadas (1990-2019), o estado de Mato Grosso, além de ter se consolidado enquanto o maior produtor agrícola e agropecuário do Brasil, também demonstrou ser um “líder” quando o assunto envolve a predação e destruição de recursos e matrizes ambientais.

Entre o início do ano de 1990 e o final do ano de 2019, o estado de Mato Grosso foi a unidade Federativa que mais desmatou no Brasil, predando aproximadamente 23.652.980 hectares, o que representou cerca de 18,65% de toda a área desmatada no país durante o mesmo período (MAPBIOMAS, 2025). Quando consideramos os índices relativos à área queimada do território brasileiro, Mato Grosso mais uma vez se destaca e lidera as 27 Unidades Federativas, uma vez que produziu a destruição de mais 120.818.114 hectares entre os anos de 1990 e 2019, o que correspondeu a 22,12% de toda a área queimada no Brasil durante o mesmo período (MAPBIOMAS, 2025). Por último, nota-se que o estado mato-grossense também foi a segunda maior região no Brasil quando consideramos a redução da superfície hídrica, apresentando uma perda expressiva de 480.334 mil hectares, o que correspondeu a subtração de 39,94% de sua cobertura (MAPBIOMAS, 2025).

Este fenômeno de “verdeantes desertos” revela como o capital transforma cada pedaço de terra em fonte de lucro. De um lado, temos plantações de soja, milho e algodão que, a partir do uso intensivo de irrigação, consagram-se como o setor que mais utiliza recursos hídricos no Brasil (ANA, 2021); do outro, vastas áreas de pastagens progressivamente estão substituindo as florestas tropicais, tornando o Cerrado em grandes chapadões áridos (KLINK & MOREIRA, 2002; BUSTAMANTE *et al.*, 2012; FAO, 2016). A mecanização intensa, aliada ao uso

até que a alma se embota. A monocultura não apenas cultiva grãos, cultiva também a monotonia, a alienação, a vertigem. Aqui a abundância se veste de deserto.

²⁴ <https://www.indea.mt.gov.br/-/com-novo-recorde-mt-se-mant%C3%A9m-na-lideran%C3%A7a-com-o-maior-rebanho-bovino-do-pa%C3%ADs>

constante de fertilizantes e agrotóxicos, acaba esterilizando quimicamente o solo, diminuindo a quantidade de matéria orgânica e a capacidade de retenção de água. (ALTIERI, 1995; LAL, 2004; SIX *et al.*, 2002; FAO, 2015; NAVAL *et al.*, 2025). Em muitos municípios, a produtividade inicial dos grãos esconde a erosão acelerada e a perda da resiliência dos ecossistemas locais.

Vemos, portanto, que este conjunto de atividades que hoje conhecemos enquanto agronegócio (*agrobusiness* - agroexportador) tem implicado em um aparente enriquecimento econômico, gerando robustos PIBs, entretanto, está condição não tem significado melhores condições de vida para as populações regionais, que continuam empobrecidas e que agora também se encontram condicionadas a uma série de imposições, degradações e exposições assimétricas dos riscos socioambientais. Tudo isto nos faz considerar que o agronegócio, enquanto conjunto de atividades produtivas capitalistas, tem acumulado as riquezas e que para isto distribuído e submetido os diferentes estratos populacionais a condições de adoecimento também desiguais.

Neste deserto disfarçado de abundância, os ganhos econômicos concentram-se nos circuitos globais de exportação, enquanto os prejuízos se dispersam entre comunidades rurais e indígenas, que arcam com intoxicações por agrotóxicos (sejam agudas e/ou crônicas), na manifestação de cânceres e no colapso da segurança alimentar (PIGNATI, 2018; CORRÊA, 2019; SOARES, 2020). A desertificação não é panorama passivo, mas produção ativa de um modelo de desenvolvimento que extrai valor de todas as dimensões do território - ecológica, social e cultural - para alimentar circuitos de acumulação global.

Determinação social da saúde: distribuição assimétrica das riquezas e dos riscos socioambientais

O projeto modernista foi responsável por fabricar narrativas dualistas e dicotômicas que fragmentaram a realidade e estabeleceram distinções profundas entre os humanos e os não-humanos, entre a política e conhecimento, entre nós e os “outros”. Este projeto de modernidade atua em um sistema de purificações e distinções entre os “grandes divisores”, onde natureza e sociedade deveriam permanecer irreconciliáveis (LATOURETTE, 2005).

O modelo desenvolvimentista de produção e acumulação baseia-se em uma compreensão antropocêntrica/capitalocêntrica que opera a partir da dicotomia entre ser humano e natureza, um relacionamento baseado na posse do primeiro em relação ao segundo. A proposta hegemônica de desenvolvimento versa a partir de uma lógica de acumulação e consumo desigual, onde tudo, terminantemente, acaba sendo reduzido à condição de mercadoria. Observamos a capitalização das relações, dos corpos, do trabalho, dos alimentos e do ecossistema.

O discurso antropocêntrico pressupõe a existência de uma natureza que, necessariamente, precisa ser socializada, domesticada e controlada em direção à civilização. Dentro deste paradigma hegemônico, o ser humano ocupa o lócus de soberano, sujeito da razão cartesiana, que a partir de sua racionalidade tudo tem explorado e aniquilado. Colocando-se à distância da natureza, o humano passou a considerar o ecossistema enquanto uma entidade que deve ser docilizada e mercantilizada (ACOSTA, 2019).

O que este sujeito cartesiano não percebe, entretanto, é que a destruição da natureza envolve nossa própria dizimação enquanto espécie. Longe de operarmos

pela purificação entre humano e natureza, é preciso discutir um corpo devolvido à processualidade da vida e certamente reconectado ao ecossistema.

A vida não pode ser capturada por um invólucro perimetral - esta suposta pele fechada em si mesma - mas desenvolve-se abertamente por uma vasta malha de conexões possíveis. Somos seres no mundo, humano-no-mundo como dissertaria Tim Ingold (2011) e dificilmente poderíamos ser pensados fora dele. Ao destruir a natureza, destrói-se a si mesmo, ao poluir as fontes hídricas e contaminar os solos, produz-se a morte²⁵ dos corpos que dela subsistem. Humanos e não humanos tornam-se vítimas do mesmo processo de produção hegemônico, de um mesmo tipo de sociabilidade orientado a acumulação. Simultaneamente, produz-se a morte da floresta, do campo e da cidade, traçando uma via de desertificação extensa que rompe com os limites políticos-administrativos locais.

Neste seguimento, quando dissertamos sobre as cidades mato-grossenses é impreterível considerar os efeitos patogênicos ligados às cadeias produtivas do agronegócio, uma vez que seu perfil de territorialização e economia baseiam-se em um modelo produtivo que tem distribuído assimetricamente os riscos ambientais e ocupacionais (ACSELRAD, 2002). Baseado em um padrão de monocultivo agrícola, vinculado a um amplo conjunto de dispositivos tecnológicos e de insumos químicos, o solo do estado de Mato Grosso tem sido condicionado a técnicas intensivas e ininterruptas de manejo e produção, originando um perfil agroindustrial hegemônico e adoecedor (PIGNATI, 2007). A determinação do perfil epidemiológico dos municípios do estado está intimamente vinculada à contaminação e destruição das matrizes ambientais.

Desse modo, o próprio conceito de saúde neste trabalho não se esgota em uma proposição/modelo biomédico, mas tenciona compreender dinamicamente as condições que reverberam e incidem sobre qualidade de vida individual e coletiva, pensando o organismo analogamente ao território, a economia e as políticas locais. Discutimos a partir de uma relação de imanência entre corpo e território, versamos sobre um corpo que não existe em separação dos meios naturais e um território habitado e vinculado à experiência humana e social.

Seguindo este mote, fundamentamo-nos a partir da epidemiologia crítica de Jaime Breilh (2006), discutindo as determinações sociais do processo de saúde-adoecimento, reconhecendo o caráter dialético e multidimensional da saúde, resgatando sua dimensão temporal e histórica. Assume-se a historicidade das relações entre sociedade e ambiente, bem como suas repercussões em termos de configuração de modos de vida saudáveis e/ou adoecedores, a depender das configurações sócio-históricas, ambientais, econômicas e culturais vinculadas à saúde e ao adoecimento dos grupos humanos que vivem em determinado território.

A transformação de Mato Grosso em epicentro do agronegócio brasileiro não se limitou a converter vegetação nativa em monocultura, ela produziu paisagens e corpos marcados pela precariedade dos ritmos produtivos nesta extensa cadeia agro-industrial-florestal (BARSAGLINI, FREITAS & GUGELMIN, 2023; ROCCON, 2023). Esses extensos e abundantes “desertos verdejantes” são simultaneamente geográficos e políticos (necro-bio-geo), espaços onde a extração contínua de valor coexiste com a expropriação dos direitos à saúde, à água potável e à segurança alimentar.

O modelo do agronegócio, fortemente baseado na monocultura e no uso intensivo de agrotóxicos, tem sido apontado como um dos principais vetores de

²⁵ Ou como sugere Povinelli, antes de pensarmos em morte propriamente dita, poderíamos dizer a terra enquanto entidade em relação, possuidora de agência e intencionalidade, estaria virando suas costas para certos tipos de vivência e de sociabilidades.

adoecimento em territórios rurais e periféricos no Brasil. Atualmente, o Brasil se consolida enquanto o maior consumidor de agrotóxicos no mundo (BOMBARDI, 2012; 2016; PIGNATI, 2014), sendo o estado de Mato Grosso o maior expoente e consumidor dentre todas as unidades federativas do país.

Como demonstram os pares acadêmicos, o uso intensivo de agrotóxicos está intimamente relacionado ao aumento de casos de câncer, suicídios e anomalias congênitas, sobretudo em regiões de produção agrícola intensiva como o estado de Mato Grosso (HESS *et al.*, 2023). Além disto, estudos revelam que aqueles municípios vinculados a um maior PIB agropecuário, maior consumo de agrotóxicos e melhores indicadores de desenvolvimento também costumam ser aqueles que apresentam os maiores índices de câncer (SOARES *et al.*, 2023). Esta situação indica uma conexão direta entre a expansão do agronegócio e o agravamento das condições de saúde, especialmente nos municípios do médio-norte mato-grossense - área de maior concentração da produção agrícola (ALVES *et al.*, 2023; SOARES *et al.*, 2020).

A exposição prolongada a essas substâncias também tem sido apontada como fator de risco para o desenvolvimento de doenças renais crônicas. Mato Grosso, atualmente, está entre os estados com maiores taxas de pacientes em tratamento dialítico no Brasil. Estudos demonstram que a situação tende a ser ainda mais grave entre as regiões onde predominam atividades agrícolas intensivas, reforçando a necessidade de medidas de prevenção, monitoramento e controle da exposição aos agrotóxicos (COSTA *et al.*, 2023).

O sofrimento psicológico e os transtornos mentais são muito comuns e extremamente prevalentes entre os grupos de trabalhadores rurais do estado de Mato Grosso, afetando de modo mais intenso mulheres e trabalhadores temporários, com índices de suicídio significativamente mais altos em contextos rurais do que em áreas urbanas (NEVES, *et al.*, 2020; COSTA, 2021). Pesquisas identificaram que a exposição a agrotóxicos está associada ao surgimento e à intensificação desses agravos mentais, sendo esse efeito potencializado pela precariedade das condições de vida e de trabalho, pela ausência de políticas públicas de assistência e pela violência no campo, especialmente contra as mulheres. Eles concluem que esses fatores estruturais — exploração no processo de trabalho, falta de autonomia, iniquidades de gênero e raça, conflitos fundiários e imposição de tecnologias agrícolas químicas — atuam de forma sinérgica para lógica produtiva (NEVES, *et al.*, 2020; PISTÓRIO, 2021).

Além dos impactos diretos à saúde, observa-se que o modelo agroexportador vigente, associado à concentração fundiária e à negligência dos circuitos locais de produção, compromete seriamente a segurança alimentar na região. Mesmo com um dos maiores PIBs agrícolas do país, muitos municípios mato-grossenses enfrentam dificuldades estruturais como a ausência de políticas de incentivo à agricultura familiar. Nessas condições, a soberania alimentar é fragilizada e a produção de alimentos básicos se torna secundária frente às exigências do mercado internacional (CORREIA, 2019; 2020).

Indo além dos limites do corpo e de seus aspectos de saúde, cabe destacar que os impactos do agronegócio integram uma complexa teia de injustiças ambientais e sociais. Em Mato Grosso, territórios indígenas e outras comunidades tradicionais (campesinos e quilombolas) estão entre os mais afetados pela expansão do agronegócio, sofrendo com a contaminação de rios, a pulverização sobre aldeias e a perda da soberania alimentar. Essas populações denunciam não apenas o envenenamento de seus corpos, mas também a destruição de seus modos de vida, saberes e vínculos com a terra. A luta por saúde, nesse contexto, torna-se também

uma luta por território, justiça ambiental e soberania (BREILH 2016; 2024).

Por último, gostaria de lembrar que esta sessão não pretendeu esgotar as múltiplas dimensões dos impactos do agronegócio sobre a saúde humana e ambiental. Discutir, com a devida profundidade, todos os efeitos possíveis, prováveis e confirmáveis demandaria um fôlego que ultrapassa os limites destas páginas e deste trabalho - exigiria um compêndio volumoso, quase um livro ou enciclopédia dedicada a desnudar as feridas abertas no corpo da terra e dos que nela vivem. O que se buscou aqui foi lançar luz sobre algumas (vejo que pouquíssimas²⁶) das evidências já reveladas, traçar nexos entre as monoculturas que prosperam e os corpos que adoecem, entre a abundância aparente e a escassez real. Pois sob o manto verde do progresso, o que se vê não é a plenitude da vida, mas a multiplicação de desertos — desertos de saúde, de alimento, de soberania, de dignidade e de subjetividade.

Habitar o antropoceno: reconectando corpo e território

Habitamos um mundo que foi saturado pelas coisas humanas, onde o ditame desenvolvimentista foi capaz de instituir uma infinidade de degradações aos demais seres habitantes do planeta (TSING, 2019). Aqui o agenciamento da humanidade se opôs/impôs a todos os outros. Presenciamos uma utopia/política desenvolvimentista que opera enquanto potente mandado ideológico, onde o interesse está baseado na concentração e expansão do capital financeiro, adequando-o com a exploração do ecossistema. Padecemos em um período periclitante de intensas e nocivas práticas vis de esgotamento da vida, fundamentadas em um paradigma desenvolvimentista e hegemônico. Como afirma Viveiros de Castro (2019: 302):

Essas enormes manchas de habitabilidade estão agora ameaçadas pela ultrassimplificação feroz imposta à região pela expansão predatória de um modelo de desenvolvimento econômico baseado em assassinato político, etnocídio “não intencional”, exploração madeireira legal e ilegal, pecuária extensiva, mineração em larga escala e represamento de rios, agronegócio monocultural altamente subsidiado, dependente de produtos químicos venenosos, e urbanização forçada — ou melhor, favelização — de povos da floresta (pescadores, camponeses, Primeiros Povos) (*tradução nossa*).

Discutir a intrusão de Gaia (STENGERS, 2015) — uma miríade de acontecimentos e de mudanças climáticas, ambientais e geológicas — tornou-se imperativo, invocando a necessidade de se pensar em novos modos de alimentação, produção, distribuição e consumo, assim, renovando e ressignificando a experiência humana a partir de relações mais horizontalizadas e saudáveis com os demais habitantes do mundo, em um vínculo certamente mais cosmopolita e menos antropocêntrico. A partir das ruínas e dos fragmentos de um progresso jamais alcançado, é preciso (re)pensar em novos meios de lidar com este desequilíbrio instaurado pelas políticas expansionistas e colonizadoras.

Talvez ainda reste, entre as ruínas, uma fresta. Viveiros de Castro (2019) propõe que, diante do colapso do mundo como o conhecemos — esse mundo saturado de humanismos modernos e marcado por uma racionalidade instrumental devastadora, é urgente que nos abramos a formas radicais de pensamento. Formas que

²⁶ Ficaram de fora desta descrição aspectos ainda ligados a contaminação química do leite materno nas cidades do agronegócio; da contaminação das águas superficiais e subterrâneas; da intencional subnotificação dos casos de intoxicação; da exposição ocupacional; do trabalho escravo contemporâneo; da emissão de material particulado, originado a partir queima da biomassa florestal; dentre outros inúmeros temas.

desestabilizem os pilares de uma ontologia única, moderna e colonizadora. Ele denomina essa postura de pluralismo ontológico, ou ainda, anarquismo ontológico, um chamado para levar a “absolutamente a sério” os mundos e saberes outros, os “povos da floresta”, os “extramodernos”, que ainda insistem em viver – e resistir – com base em formas outras de relacionalidade com a Terra.

Segundo o autor, esses povos não oferecem modelos a serem copiados, mas exemplos. Aqui entra o conceito de *bricoleur*, emprestado de Lévi-Strauss: aquele que cria a partir do que há disponível, daquilo que resta. O *bricoleur* se recusa a seguir projetos lineares e totalizantes, ele improvisa, reinventa, e, ao fazê-lo, produz algo profundamente situado, enraizado na experiência e nos materiais heterogêneos da vida. Viveiros de Castro sugere que, no Antropoceno, é nesse *bricoleur* que precisamos nos inspirar para enfrentar a instabilidade global, o *bricoleur* não destrói o mundo que habita, mas vive dele, remendando-o continuamente.

O antropoceno, enquanto nome e diagnóstico de um colapso, requer, portanto, um deslocamento. Não se trata apenas de reconhecer os danos, mas de habitar as ruínas do mundo com outro tipo de atenção e compromisso. Viveiros de Castro aponta seria nos interstícios deste mundo danificado, na exterioridade que o próprio capitalismo precisa produzir para seguir existindo, em sua contraparte, que mais provavelmente encontraríamos oportunidades de imaginar um outro futuro - menos nocivo. Esse contato e reaproximação com os interstícios – com os povos tradicionais – não é um resquício ou uma volta ao passado, mas possivelmente o lugar onde se gestam futuros possíveis. Como explica o autor (2019: 304):

o que essas pessoas que chamo de extramodernas têm a ver com tudo isso? De certa forma, eles não têm nada a ver com isso: não foi culpa deles. Eles pertencem àquela vasta parcela da humanidade e de outros habitantes da Terra cuja forma de vida foi criminalmente desfigurada pela invasão técnica, econômica, política e espiritual europeia que começou há cerca de 5 ou 6 séculos. Em outro sentido, eles têm tudo a ver com isso, pois representam um mundo que está desaparecendo, e muitos deles estão desaparecendo com ele. Mas muitas dessas pessoas extramodernas conseguiram sobreviver em um mundo tragicamente transformado por um povo estrangeiro incompreensível (no começo). Como argumentamos em outro lugar, os povos ameríndios, por exemplo (mas também os africanos, os oceânicos, os siberianos), tiveram – estão a ter – a experiência de continuar a viver após o fim do seu mundo. Eles são um exemplo da capacidade da espécie de viver em tempos difíceis. Suas experiências podem ser úteis para nós em um futuro não tão distante. O presente dos povos extramodernos pode ser uma prefiguração do futuro de todos.

A “arte de viver em um planeta danificado” (TSING, 2019) não virá da ciência moderna sozinha, tampouco das tecnociências desenvolvimentistas, mas talvez da escuta e da convivência com esses mundos outros. Modos de vida que, apesar de perseguidos, seguem resistindo e ensinando - por meio de suas práticas corporais, seus modos de habitar o território, suas cosmopolíticas, caminhos menos suicidas de existência coletiva. Trata-se de olhar atentamente às alternativas que já existem, aos mundos que ainda vivem entre os escombros do progresso.

Deste modo, pensar a partir das práticas dos povos indígenas, especialmente no contexto mato-grossense, implica mergulhar em ontologias que não dissociam corpo, território e cosmologia. Modos de vida que nos convocam a reimaginar as possibilidades de coexistência com a Terra não como um recurso, mas como uma entidade viva e relacional. Reconhecer o conhecimento tradicional como “exemplo” significa deslocar o ponto de vista hegemônico: ver no Cerrado não um palco vazio para a monocultura, mas um ator coletivo com história, agência e capacidade de se regenerar.

Se é nas frestas e nas bordas que se desenham caminhos de sobrevivência em

um planeta danificado, é também ali que emergem outros mundos possíveis - mundos que persistem, apesar de séculos de violência, expropriação e tentativas sistemáticas de apagamento. Entre os territórios do Mato Grosso, povos indígenas seguem cultivando formas de vida que desafiam a lógica antropocêntrica, reafirmando a íntima relação entre humanos e não humanos. Torna-se necessário deslocar o olhar: compreender que o território, para esses povos, não se limita a um espaço geográfico, mas se manifesta como corpo vivo, tecido de relações entre humanos e mais-que-humanos, ancestralidade e futuro.

Nesta perspectiva, abordar os modos de vida indígena em Mato Grosso é também um exercício de escuta e de aprendizado com outras formas de ser e de habitar o mundo. É reconhecer que, nas margens do “progresso”, florescem experiências que nos convocam a repensar nossas próprias relações com a terra, com os outros e conosco mesmos. São esses exemplos, e não modelos, que podem apontar para alternativas menos suicidas de coexistência, reafirmando a urgência de construir mundos onde a vida, em toda sua diversidade, possa continuar a acontecer.

Entre os Apiaká do rio Teles Pires e seus afluentes, o território é mais do que espaço físico, é um organismo vivo que sustenta a memória, organiza a vida social e abriga seres visíveis e invisíveis com os quais se estabelece uma convivência cotidiana. Aldeias “boas de viver” devem estar situadas em áreas de solo fértil, próximas a rios vívidos, mata abundante e caminhos de coleta, onde caçadas e rituais reafirmam a agência da natureza e a centralidade das relações entre humanos e não humanos. Esse espaço não é neutro: é construído socialmente pelas práticas de cuidado, pelas roças familiares, pelas trilhas abertas e pelos encontros com os “parentes isolados”, guardiões de uma forma de vida que se deseja preservar (TEMPESTA, 2009).

A saúde, na cosmologia Apiaká, não é concebida como simples bem-estar físico, mas como estado de equilíbrio social e espiritual, ameaçado por desarmonias nas relações humanas e não humanas. As doenças e mortes inesperadas são muitas vezes atribuídas ao *karuára*, termo que designa tanto o feitiço quanto forças invisíveis associadas a sentimentos e intenções negativas. Palavras malditas, recusas, invejas ou rompimentos de normas de convivência podem provocar enfermidades, mesmo sem contato direto - o que revela a profundidade da ética do cuidado na vida comunitária. Os xamãs, e por vezes os pajés de outras etnias aliadas, são convocados para restaurar a harmonia por meio de rezas, defumações, banhos e rituais — práticas que não apenas visam o indivíduo, mas restauram a saúde da coletividade e do território onde os seres humanos, os espíritos e os animais coexistem em tensão constante (TEMPESTA, 2009).

O território (o cerrado, os rios e lagos) é percebido como uma “casa ampliada” dos corpos-mentes Xavante, onde solo, vegetação e fauna compõem uma ecologia simbiótica. As experiências corporais de caça, coleta e cultivo não separam “corpo” de “ambiente”: a integridade do cerrado é condição de saúde e identidade. Quando a Hidrovia Araguaia-Tocantins ameaçou dinamitar leitos do Rio das Mortes, os Xavante reagiram com uma “Declaração de Cachoeira”, reivindicando o uso tradicional dos recursos hídricos e denunciando o risco de grande prejuízo ao ambiente. Nessa concepção, defender o território é cuidar do corpo coletivo e da saúde futura da comunidade. Como sugere Carrara (2010: 65):

Sem dúvida alguma, percebe-se a extensão total e complexa do corpo Xavante em suas raízes profundas com a natureza biológica do cerrado. Uma natureza percebida culturalmente e, ao mesmo tempo, também pelos sentidos ou terminações nervosas da pele e de outros órgãos do corpo e pelo substrato biológico do sistema nervoso formado

também pelo cérebro e pela mente. Para os Xavante o cerrado e uma casa maior e estendida de seus próprios corpos, não só em termos físicos, mas entronizado em suas mentes por meio de representações simbólicas.

Além disso, para os Xavante, o corpo não é visto como uma simples estrutura biológica, mas como a própria “pessoa” em toda a sua extensão, indissociável de seu duplo espiritual (*dahöiba uptabi*). Nesse sentido, alma e corpo compartilham uma continuidade virtual: “o que acontece com o corpo também acontece com o espírito” e a alma “vem da alimentação”, reforçando a ideia de que cada ser humano é uma totalidade em constante transformação a partir de relações sociais, cosmológicas e corporais (FALLEIROS, 2019).

Para os Guarani-Kaiowá, o corpo não é um mero organismo biológico, mas a própria “pessoa” em diálogo constante com o território (*tekoha*) onde habitam - a mata, as águas, as plantas medicinais, os animais e os ancestrais que dali emergem. Essa relação se expressa na transmissão oral de saberes que só se realiza “no território de caça, no território de pesca, no território de banho, no território onde as mulheres catam os remédios” (PESSOA, 2016: 69). Não por acaso, para Valdelice Veron²⁷ (2011), liderança Guarani-Kaiowá, explica que “sem terra não haverá vida e sem vida não haverá língua” - uma relação de imanência sintetizada na tríade “teko-vida”, “tekoha-território” e “nhe’e-língua”.

Deste modo, quando o território é expropriado ou fragmentado, interrompe-se esse fluxo vital de aprendizagens e o corpo coletivo adoece, perde-se o local de aprendizagem e comunhão. Essa “desterritorialização” não é só perda de terra, mas da própria dimensão corporal, coletiva e cosmológica, minando a “saúde” em sentido amplo. “A doença de uma pessoa é entendida como desequilíbrio que aparece no corpo humano, mas sem se restringir a ele” (CHAMORRO, 1999: 16).

É nesse cenário de ruptura que o suicídio emerge como expressão extrema desse sofrimento compartilhado entre esta população. Na hipótese do “recuo impossível”, avançada por Morgado (1991), a impossibilidade de recuar ao ambiente tradicional e a captura no espaço urbano reduzem drasticamente as opções de subsistência e de afirmação de vida, levando a um estado de extrema auto-desvalorização. Sob essas circunstâncias, o suicídio emerge como último recurso ritual de “sobrevivência” cultural, evidenciando que restaurar o corpo coletivo - isto é, recompor o *tekoha* - é condição essencial para recuperar a saúde integral dos Guarani-Kaiowá (MORGADO, 1991).

Diante da devastação instaurada por um projeto civilizatório que, ao avançar, fabrica desertos físicos, espirituais e relacionais, torna-se urgente escutar as formas de vida que ainda pulsam nas bordas desse mundo esgotado. Como vimos, as cosmologias indígenas, como as dos Xavante, Apiaká e Guarani-Kaiowá, não apenas denunciam os efeitos do Antropoceno, mas também oferecem oportunidades de reaproximação com a Terra, reorientando nossa própria ontologia. Essas cosmologias não separam o humano da natureza, mas evidenciam o entrelaçamento profundo entre corpo, território e cosmos, desafiando a lógica extraterritorialista e dualista que sustenta o colapso em curso. Em um tempo de ruínas e esgotamento, é nesse chamado - para reencantar o mundo a partir de outras ontologias - que podemos encontrar pistas para modos de vida menos destrutivos e mais comprometidos com a continuidade da vida ou como gostaríamos de dizer, de pensar em formas de Bem-viver.

²⁷ Vídeo disponibilizado pelo Conselho Regional de Psicologia no Grupo de Trabalho Psicologia e Povos Indígenas e o Tribunal Popular da Terra (TPT) apresentado durante o evento “Entre aldeia e a cidade: Estado, Território e Identidade na visão dos Povos Indígenas” (2011). Disponível em: http://www.crpso.org.br/portal/comunicacao/webtv_2011_07_29_1/webtv_2011_07_29_1.html.

Conclusão e caminhos possíveis

Ao longo deste artigo, o conceito de “deserto” se revelou menos como fenômeno natural e mais como dispositivo político de apagamento de formas de vida, daquelas vidas que não estão orientadas ou articuladas a uma lógica mercantil de produção e distribuição. Frente a essa produção de vazios - de solos, de águas, e também de saberes – os exemplos dos povos das florestas, estes extramodernos como nos diz Viveiros de Castro (2019), emergem como pontos de sutura, reconectando humanos e não humanos, a partir de uma lógica orientada não pela acumulação, mas pela comunhão e imanência, onde corpo, território e saúde reúnem-se em um único e mesmo movimento de vida.

Em vez de esperanças abstratas de lucro, riqueza e abundância, vemos práticas concretas de cuidado entre humanos e não humanos. Essas resistências são os verdadeiros laboratórios daquilo que conceituamos como Bem Viver (ACOSTA, 2019), pois personificam a aposta na suficiência coletiva e na reciprocidade, em uma verdadeira oportunidade de imaginar e de materializar mundos outros que não estejam condicionados a uma lógica expropriatória e exploratória da vida e dos povos. A partir destes meandros e interstícios investigados, percebemos que o deserto só existe onde se destrói a arte de viver em conjunto.

O Bem Viver, assim, deixa de ser metáfora para tornar-se programa político: é a arte de cultivar o possível em terras exauridas, de reinventar o social e o ambiental a partir das bordas, onde o bricoleur indígena reencontra o engenheiro civilizatório e lhe apresenta a sabedoria do concreto como norte para a reconstrução de mundos vivíveis. Esses mundos outros não estão em utopias distantes - brotam hoje, nas roças, nos rios e nas assembleias de Mato Grosso, desafiando o deserto e abrindo trilhas de coexistência para além da lógica do vazio antes presuposta

Agradecimentos

Este trabalho é resultado do projeto de pesquisa realizado entre pesquisadoras e pesquisadores associados ao Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador: Projeto Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Mato Grosso, em parceria com Ministério Público do Trabalho de Mato Grosso (MPT). A todos envolvidos no processo de coleta e análise dos dados, nosso muito obrigado.

Recebido em 30 de janeiro de 2025.

Aprovado em 29 de março de 2025.

Referências

- ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Editora Elefante, 2019.
- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, 5, 2002.
- ALVES, Mario Ribeiro; SILVA, Gustavo Monteiro da; SOUZA, Paulo; SOUZA, Bárbara Nalin; NEVES, Marco Bertúlio; GALVÃO, Noemi Dreyer. “Distribuição espacial da taxa de incidência por câncer em Mato Grosso”. In: ROCON, Pablo; DEL BEL, Haya; COSTA, Alane; PIGNATI, Wanderlei. (orgs.). *Ambiente, saúde e agrotóxicos: desafios e perspectivas na defesa da saúde humana, ambiental e do (a) trabalhador (a)*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. pp. 133-148.
- ALTIERI, M. A. *Agroecology: The Science of Sustainable Agriculture*. 2. ed. Boulder: Westview Press, 1995.
- ANA (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS). *Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil*. 2021.
- BARROZO, João, Carlos. “Políticas de colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste”. In: BARROZO, João Carlos. *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.
- BARROZO, João, Carlos. *Fronteiras de Mato Grosso: em busca do Eldorado e da Terra Prometida*. Cuiabá: EdUFMT, 2017.
- BARROZO, João, Carlos. A questão agrária em Mato Grosso. In: RODRIGUES, Cândido; NETO, Vitale Joanoni. Orgs. *Nova História do Mato Grosso Contemporâneo*. Cuiabá: EdUFMT, 2018. pp. 197-228.
- BARSAGLINI, Reni; FREITAS, Thyago; GUGELMIN, Silvia. “Cadeia produtiva do algodão e corpo-território: olhar reticular pela perspectiva do bem viver”. In: ROCON, Pablo; DEL BEL, Haya; COSTA, Alane; PIGNATI, Wanderlei. *Ambiente, saúde e agrotóxicos: desafios e perspectivas na defesa da saúde humana, ambiental e do (a) trabalhador (a)*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. pp. 327-365.
- BEATRIZ, Regina; NETO, Guimarães. *A lenda do Ouro Verde: política de colonização no Brasil Contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN, 2002.
- BOMBARDI, L.M. *Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. Direitos humanos no Brasil 2012: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012.
- BRASIL. Lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. 1953.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal*. Brasília, 1999.
- BREILH, Jaime. *Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

BREILH, Jaime. Nuevo modelo de acumulación y agroindustria: las implicaciones ecológicas y epidemiológicas de la floricultura en Ecuador. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12: 91-104, 2007.

BREILH, Jaime. *Epidemiologia crítica e a saúde dos povos: Ciência ética e corajosa em uma civilização doentia*. São Paulo: Hucitec Editora, 2023.

BUSTAMANTE, M. M. C.; NARDOTO, G. B.; PEREIRA FILHO, A. J. *et al.* Potential impacts of climate change on biogeochemical functioning of Cerrado ecosystems. *Brazilian Journal of Biology*, 72: 655–671, 2012.

CAMPOS, S.; ARAÚJO JÚNIOR, A. A.; Barros, Z. X.; CARDOSO, L.; PIROLI, E. L. Sensoriamento remoto e geoprocessamento aplicados ao uso da terra em microbacias hidrográficas, Botucatu – SP. *Engenharia Agrícola*, 24: 431-435, 2004

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

CARVALHO, Lucas Araújo. *Colonização e Meio Ambiente: estudos de duas experiências de assentamentos na amazônia ocidental*. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas), Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2000.

CARRARA, Eduardo. *Metamorfose A'uwe (Xavante): o álcool e o devir do sentimento coletivo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

CASTILHO, Ricardo; ELIAS, Denise; PEIXINHO, Dimas; BÜHLER, Eve-Anne; PEQUENO, Renato; FREDERICO, Samuel. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)*, 12 (18): 265-288, 2016.

CASTRO, Sueli Pereira; BARROZO, João Carlos; COVEZZI, Marinete. *A colonização oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”*. Cuiabá: EdUFMT, 1993.

CHAMORRO, Graciela. Os Guarani: sua trajetória e eu modo de ser. *Cadernos do COMIN*, 8, 1999.

CORRÊA, Marcia Leopoldina Montanari; PIGNATI, Wanderlei Antônio; PIGNATTI, Marta Gislene. Segurança Alimentar, produção de alimentos e saúde: um olhar para os territórios agrícolas de Mato Grosso. *Aceno, Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 6 (11): 129-146, 2019.

CORRÊA, Marcia Leopoldina Montanari *et al.* Alimento ou mercadoria? Indicadores de autossuficiência alimentar em territórios do agronegócio, Mato Grosso, Brasil. *Saúde em Debate*, 43: 1070-83, 2020.

COSTA, Virgínia *et al.* Aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais dos suicídios de trabalhadores (as) no agronegócio na Bacia do Rio Juruena, Mato Grosso. In: PIGNATI, Wanderlei Antônio *et al.* (orgs.). *Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil*. São Paulo: Outras expressões, 2021.

COSTA, Virgínia; PIGNATI, Wanderlei; NEVES, Maelison. “Doenças renais crônicas associadas à exposição aos agrotóxicos”. In: ROCON, Pablo Cardozo; DEL BEL, Haya; COSTA, Alane Andréa Souza; PIGNATI, Wanderlei (orgs.). *Ambiente, saúde e agrotóxicos: desafios e perspectivas na defesa da saúde humana, ambiental e do (a) trabalhador (a)*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. pp. 195-

COY, Martin; BARROZO, João Carlos; SOUZA, Edison Antônio. *Estratégias de Expansão do Agronegócio em Mato Grosso. Os Eixos da BR-163 e da BR-158 em perspectiva comparativa*. Brasília: Editora IABS, 2020.

DELGADO, Paulo Sérgio; JESUS, Naine Terena. *Povos Indígenas no Brasil: perspectivas no fortalecimento de lutas e combate ao preconceito por meio do audiovisual*. Curitiba: Brazil Publishing, 2018.

ELIAS, Denise. “Agronegócio e reestruturação urbana e regional no Brasil”. In: BÜHLER, Eve Anne; GUIBERT, Martine; OLIVEIRA, Valter Lúcio (orgs.). *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

ELIAS, Denise. “Reestruturação produtiva da agropecuária e novas regionalizações no Brasil”. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). *Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2015.

FALLEIROS, Guilherme. Digerindo a rede: sobre a cadeia alimentar e a rede sociocósmica a’uwẽ-xavante. *Revista de Antropologia da UFSCar*, 11 (2): 326-55, 2019.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). *State of the World's Forests*. Rome: FAO, 2016.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). *Status of the World's Soil Resources*. Rome: FAO, 2015.

FREDERICO, Samuel. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. *Confins*, 17, 2013.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Uma leitura da questão agrária em Mato Grosso. *Confins*, 25. 2015.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Mato Grosso: expressão aguda da questão agrária brasileira. *Confins*, 27. 2016.

HEINST, Andréia de Cássia. “Mato Grosso e a comercialização de seus “Espaços Vazios” durante as décadas de 1960 e 1950”. In: BARROZO, João Carlos. *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT, 2008. pp.77-96.

HESS, Sonia; NODARI, Rubens; SOARES, Mariana; LIMA, Franco; PIGNATI, Wanderlei. “Cenário agrícola brasileiro: monoculturas e silvicultura, agrotóxicos e incidência de câncer, suicídio e anomalias congênitas”. In: ROCON, Pablo Cardozo et al. (orgs.). *Ambiente, saúde e agrotóxicos: desafios e perspectivas na defesa da saúde humana, ambiental e do (a) trabalhador (a)*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

INGOLD, Tim. *Estar Vivo. Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sistema IBGE de Recuperação Automática. Produção Agrícola Municipal*. [online]. Brasília, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sistema IBGE de Recuperação Automática. Pesquisa da Pecuária Municipal*. [online].

Brasília, 2015.

KLINK, Carlos A.; MOREIRA, Adriana G. "Past and current human occupation, and land use". In: *The cerrados of Brazil: ecology and natural history of a neotropical savanna*. Columbia University Press, 2002. pp. 69-88.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAL, Rattan. Soil carbon sequestration to mitigate climate change. *Geoderma*, 123 (1-2): 1-22, 2004.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2005.

LIMA, Francco. *Saúde, ambiente e contaminação hídrica por agrotóxicos na Terra Indígena Marãiwatsédé, Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2015.

MARGARIT, Eduardo. Os interesses em torno da pavimentação da BR-163: tramas envolvidas na consolidação de um novo corredor logístico na Amazônia. *Revista mato-grossense de Geografia*, 16 (1), 2013.

MARIANA RUGGIERI. "Apresentação". In: *Geontologias: Um réquiem para o liberalismo tardio*. São Paulo: Ubu Editora, 2023. pp. 5-10.

MENDES, M. A. *História e geografia de Mato Grosso*. Cuiabá: Cafarnaum, 2012.

MORENO, Gislaene. *Terra e Poder em Mato Grosso: Políticas e Mecanismos de Burla, 1892-1992*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

MORENO, Gislaene. O Processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. *Geosul*, 14 (27), 1999.

MORENO, Gislaene. Terra Poder e Corrupção: A política Fundiária em Mato Grosso – 1970/1990. *Revista Mato-Grossense de Geografia*, 1 (1), 1997.

MORGADO, Anastácio F. Epidemia de suicídio entre os Guarani-Kaiowá: indagando suas causas e avançando a hipótese do recuo impossível. *Cadernos de Saúde Pública*, 7: 585-598, 1991.

NAVAL, Mario Lucas Medeiros *et al.* Impacts of repeated forest fires and agriculture on soil organic matter and health in southern Amazonia. *Catena*, 254: 108924, 2025.

NEVES, Maelison Silva *et al.* Determinação social do processo saúde-adoecimento mental de trabalhadores rurais no Brasil. Aceno, *Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 7 (14): 231-248, 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. 4ª ed. Campinas: Papius, 1993.

PASQUIS, Andres. "Povos e Biomas de Mato Grosso Sob Ameaças Constantes". In: WERNER, Inácio; SATO, Michele; SANTOS, Deborah Moreira. *Fórum de Direitos Humanos e da Terra - Relatório Estadual N. 5 - Mato Grosso: 2019*. Cuiabá: Associação Antônio Vieira, 2019.

PESSOA, Giuliana Mattiazzo. *Suicídios Guarani Kaiowá e a identidade étnica Tekoha*. Trabalho de Conclusão (Curso de Psicologia), Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo,

2016.

PIAIA, Ivane Inez Piaia. *Geografia de Mato Grosso*. 3ª ed. Cuiabá: EdUNIC, 2003.

PIGNATI, Wanderlei Antonio. *Os riscos, agravos e vigilância em saúde no espaço de desenvolvimento do agronegócio no Mato Grosso*. Tese (Doutorado em Saúde Pública), Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007.

PIGNATI, Wanderlei Antonio; CALHEIROS, Débora Fernandes; LIMA, Franco. O modelo de (des) envolvimento agrícola em Mato Grosso e os impactos dos agrotóxicos na saúde ambiental e humana. *Ensaio sobre poluição e doenças no Brasil*. São Paulo: Outras expressões, 2018. pp. 165-188.

PIGNATI, Wanderlei Antônio; OLIVEIRA, Noemi Pereira; SILVA, Ageo Mario Cândido da. Vigilância aos agrotóxicos: quantificação do uso e previsão de impactos na saúde-trabalho-ambiente para os municípios brasileiros. *Ciência & Saúde coletiva*, 19 (12): 4669-78, 2014.

PISTÓRIO, Bianca Vasquez; LEÃO, Luís Henrique da Costa; PIGNATTI, Marta Gislene. Sofrimento Social de Trabalhadores Rurais Assentados na Contracorrente do Agronegócio, na Bacia do Juruena-MT. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 2021.

POVINELLI, Elizabeth. *Geontologias: um réquiem para o liberalismo tardio*. Ubu Editora, 2023.

ROCON, Pablo Cardoso. “Saúde como Bem Viver: resistindo com a vida frente a destruição ambiental em nome do desenvolvimento”. In: ROCON, Pablo Cardoso; DEL BEL, Haya; COSTA, Alane; PIGNATI, Wanderlei. *Ambiente, saúde e agrotóxicos: desafios e perspectivas na defesa da saúde humana, ambiental e do (a) trabalhador (a)*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. pp. 349-365.

ROSA, Juliana Cristina. “Colonização recente no Mato Grosso entre 1964-1984: antigas terras e territórios transformados em novos espaços”. In: RODRIGUES, Cândido; NETO, Vitale Joanoni (orgs.). *Nova História do Mato Grosso Contemporâneo*. Cuiabá: EdUFMT, 2018. pp. 228-258.

SÁ, Rogério de Oliveira. *Dinâmica da Acumulação do Capital No Norte de Mato Grosso. Estudo relativo à indústria da Madeira e da Carne (1970-2007)*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SANO, Edson Eyji *et al.* Land cover mapping of the tropical savanna region in Brazil. *Environmental Monitoring and Assessment*, 166: 113-124, 2010.

SILVA, Aldina Fernandes. “O fetiche das terras: dos sonhos e desejos à nova vida”. In: BARROZO, João Carlos (org.). *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

SILVA, L. L.; COSTA, R. F.; CAMPOS, J. H. B. C.; DANTAS, R. T. Influência das precipitações na produtividade agrícola no Estado da Paraíba. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, 13: 454-61, 2009.

SILVA, Marcos, Aurélio. “Vale do Juruena: colonização, modos de vida e produção de saúde em um ambiente delicado”. In: ROCON, Pablo *et al.* (orgs.). *Ambiente, saúde e agrotóxicos: desafios e perspectivas na defesa da saúde humana, ambiental e do (a) trabalhador (a)*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. pp.

367-385.

SIX, Johan et al. Stabilization mechanisms of soil organic matter: implications for C-saturation of soils. *Plant and soil*, 241: 155-176, 2002.

SOARES, Mariana; CORRÊA, Marcia Montanari; PIGNATI, Wanderlei. Distribuição espacial da mortalidade por câncer infanto-juvenil e do uso de agrotóxicos no Mato Grosso, Brasil. *Cadernos de Agroecologia*, 15 (2), 2020.

SOARES, Mariana; CORREA, Márcia Montanari; CASTELO, Lucas; MODESTO, Viviane; EVANGELISTA, Flávio; ANDRADE, Amanda Souza; GALVÃO, Noemi Dreyer; PIGNATI, Wanderlei. “Fatores socioeconômicos e ambientais relacionados a incidência por câncer no estado de Mato Grosso”. In: ROCON, Pablo et al. *Ambiente, saúde e agrotóxicos: desafios e perspectivas na defesa da saúde humana, ambiental e do (a) trabalhador (a)*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. pp. 177-194.

SOUZA, Edison Antônio. “SINOP/MT – a cidade como negócio: uma reflexão necessária”. In: COY, Martin; BARROZO, João Carlos; SOUZA, Edison Antônio. *Estratégias de Expansão do Agronegócio em Mato Grosso. Os Eixos da BR-163 e da BR-158 em perspectiva comparativa*. Brasília: Editora IABS, 2020.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes. Resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac 7 Naify, 2015.

TEMPESTA, Giovana Acacia. *Travessia de Banzeiros. Historicidade e organização política apiaká*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, 2009.

TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. On models and examples: engineers and bricoleurs in the Anthropocene. *Current Anthropology*, 60 (S20): S296-S308, 2019.